

À  
Comissão Parlamentar do Trabalho e da  
Segurança Social e do Trabalho  
Assembleia da República  
Palácio de S. Bento  
1249 LISBOA

Lisboa, 7 de Julho de 2017

**ASSUNTO: Parecer da CGTP**

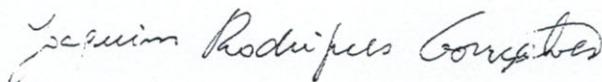
**Projecto de Lei n.º 534/XIII – Altera o regime jurídico aplicável à contratação a termo, concretizando as recomendações do “grupo de trabalho para a preparação de um plano nacional de combate à precariedade”**

Exmos. Senhores,

O Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual – STT, vem por este meio informar que subscreve o Parecer acima referenciado da CGTP-IN, pelo que em anexo enviamos o referido Parecer e Impresso.

Com os nossos melhores cumprimentos

A Direcção



Sede:

Av. dos Estados Unidos da América, 53 - 15.º - Esq • 1700-165 LISBOA Tel: 21 396 66 52 • Fax: 21 397 25 45

E-mail: stt.sede@mail.telepac.pt

**APRECIÇÃO PÚBLICA**

Diploma:

 Proposta de lei n.º \_\_\_\_/XIII (...ª)  Projeto de lei n.º 534/XIII (...ª)  Proposta de alteração

Identificação do sujeito ou entidade (a)

Sindicato Trcs. Telecomunicações e Comunicações Audiovisual - SIT

Morada ou Sede:

Av. Estados Unidos América, 53-154 Cj.ºLocal LuandaCódigo Postal 1700-165

Endereço Eletrónico \_\_\_\_\_

Contributo:

Parcer de CGTP-in que este Sindicato  
Também subscreve.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura Jaquim Rodrigues Gonçalves

(a) Comissão de trabalhadores, comissão coordenadora, associação sindical, ou associação de empregadores, etc.

**Apreciação do Projecto de Lei n.º 534/XIII (2.ª) – Altera o regime jurídico aplicável à contratação a termo, concretizando as recomendações do “grupo de trabalho para a preparação de um plano nacional de combate à precariedade”**

**Apreciação**

A apreciação do Projecto de Lei n.º 534/XIII (2.ª) apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que visa alterar o regime jurídico aplicável à contratação a termo, suscita à CGTP-IN a seguinte apreciação.

O combate à precariedade de contratos de trabalho, desde os famigerados contratos de trabalho eventual, existentes antes do 25 de Abril, aos seus sucessores contratos de trabalho a prazo, é um combate de sempre dos trabalhadores e dos sindicatos da CGTP-IN, uma das suas principais reivindicações.

Nestes termos, a CGTP acolhe qualquer iniciativa que integre este combate nos seus propósitos ou, no caso concreto, que vise a redução da discricionariedade que se verifica na utilização desta modalidade contratual, pelas entidades patronais, que têm generalizado a sua utilização com grande prejuízo de todos os trabalhadores.

Assim, e porque coincide também com as reivindicações que temos vindo a apresentar ao longo do tempo, salientamos a proposta de reformulação do artigo 140.º do Código do Trabalho, na medida em que determina que a regulamentação deste regime jurídico através de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, não possa fazer-se à margem da exigência de satisfação de necessidades temporárias das empresas.

De referir também a proposta de alteração do artigo 140.º n.º 4 al. a), limitando o acesso à contratação a termo quando do lançamento de nova actividade de duração incerta ou início de laboração de empresa, às empresas com mais de 10 trabalhadores. Neste caso, não sendo o ideal, a proposta melhora o regime actual, na medida em que veda aos grandes investimentos a possibilidade de utilização indiscriminada, abusiva e injustificada de contratos a termo.

Já a proposta de revogação da alínea b) do n.º 4 do artigo 140.º, relativa à contratação para primeiro emprego ou desempregado de longa duração, recebe a total concordância da CGTP-IN, na medida em que, tratando-se de trabalhadores em situação já de si frágil, o regime actual condena-os a uma

precariedade laboral, para esta central inaceitável, e que estigmatiza os trabalhadores nesta situação.

Por fim, e por estar em linha com a acção reivindicativa da CGTP-IN, a proposta de introdução de um novo n.º 2 no artigo 149.º garantindo que, mesmo em caso de acordo pela não renovação, em caso algum possa ser afastado o direito do trabalhador ao recebimento da compensação prevista para a cessação do contrato a termo, merece também o acolhimento desta central.

Lisboa, 7 de Julho de 2017